

REAÇÃO A MADURO

EUA fazem exercícios aéreos na Guiana, e Mercosul alerta contra 'ações unilaterais'

THAYZ GUIMARÃES
thayz.guimaraes@globo.com.br

Diante da escalada de atos do presidente Nicolás Maduro que intensificam o temor de uma invasão venezuelana do território do Essequibo, que pertence à vizinha Guiana mas é reivindicado por Caracas, aumentaram ontem as pressões internacionais para conter a deflagração de um possível conflito na América do Sul. Por um lado, os Estados Unidos anunciaram a realização de exercícios aéreos militares no território guianês — medida classificada como “provocação” por Caracas. Por outro, os líderes do Mercosul, reunidos no Rio de Janeiro, se pronunciaram contra “ações unilaterais”, em uma advertência indireta a Caracas, de onde partem as ameaças de invasão da Guiana. Também o Reino Unido pediu respeito às fronteiras atuais.

Em nota conjunta, os líderes do Mercosul também pediram que a América do Sul continue sendo um “território de paz” e que o diálogo prevaleça.

No Rio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrará mais cedo uma posição do Mercosul sobre a crise no discurso de abertura na cúpula. A preocupação com uma escalada levou o governo federal a enviar reforços militares para a fronteira nos últimos dias.

— Uma coisa que não queremos na América do Sul é guerra — disse Lula. — Estamos acompanhando com crescente preocupação o desdobramento relacionado à questão do Essequibo. O Mercosul não pode ficar alheio à situação.

SÉRIE DE AMEAÇAS

Lula pediu para que a Celac (Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos) fizesse a mediação entre Venezuela e a Guiana, mas após o Brasil à disposição para sediar as reuniões entre os países. O presidente brasileiro instou também a União das Nações Sul-Americanas (Unasul) a buscar um “encaminhamento pacífico da questão”.

— Caso considerado útil, o Brasil e o Itamaraty estarão à disposição para sediar qual-

quer e quantas reuniões forem necessárias — disse Lula.

Em uma declaração conjunta divulgada ao final do evento, os Estados-membros do Mercosul se manifestaram — a Bolívia, cuja adesão ao bloco foi confirmada ontem, não assinou o texto.

“A América Latina deve ser um território de paz e, no presente caso, trabalhar com todas as ferramentas de sua longa tradição de diálogo”, diz o texto. “[os líderes] instam ambas as partes ao diálogo e à busca de uma solução pacífica da controvérsia, a fim de evitar ações e iniciativas unilaterais que possam agravá-la.”

Havia a expectativa de que os demais representantes do Mercosul se manifestassem ao longo do dia, mas nenhum comentário foi feito publicamente. Questionado ao final do evento, Lula também se recusou a falar sobre a disputa.

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, tem repetido há dias que seu governo recuperará o Essequibo — uma região rica em petróleo — em disputa que representa mais de

70% do território da vizinha Guiana — após um referendo no domingo em que 95% dos venezuelanos que votaram apoiaram a anexação da área.

NOVO MAPA

Na terça-feira, a situação foi agravada por medidas anunciadas por Maduro, que determinou a criação de uma zona de defesa na Guiana Essequiba — como o regime chama o território. Em discurso anônimo, ele apresentou um novo mapa do país que inclui a região e passaria a vigorar em escolas e universidades. O major-general Alexis Rodríguez Cabello foi nomeado “autoridade única” do território.

Maduro ainda ordenou à estatal petrolífera PDVSA a concessão de licenças para a exploração de recursos na região, onde empresas petrolíferas como a americana ExxonMobil e a francesa TotalEnergies operam sob autorização do governo da Guiana. E ontem, o presidente deu continuidade às medidas projetando a soberania venezuelana sobre o Es-

sequibo: anunciou a extensão do programa Grande Missão Venezuela ao “novo estado da Guiana Essequiba” com a construção de 120 casas.

Desde 2019, a Guiana vive um boom econômico por causa do petróleo, quando a ExxonMobil começou a explorar na região reivindicada pela Venezuela depois da descoberta de enormes reservas em 2015.

Em reação ao aumento da tensão, o Conselho de Segurança da ONU, órgão máximo da organização, vai discutir hoje a questão em uma reunião a portas fechadas. Na sexta-feira passada, em resposta a uma solicitação da Guiana por medidas impedindo o referendo venezuelano, a Corte Internacional de Justiça adverteu a Venezuela a não tomar nenhuma atitude agressiva. Caracas, porém, não reconhece a jurisdição da corte na questão do Essequibo.

O assunto também atraiu a atenção de Washington, cuja embaixada na Guiana anunciou a realização de exercícios militares aéreos no território

do país sul-americano “para melhorar a associação de segurança entre os Estados Unidos e a Guiana e fortalecer a cooperação regional”. O ministro da Defesa venezuelano, Vladimir Padrino López, criticou a iniciativa.

“Esta infeliz provocação dos Estados Unidos a favor da ExxonMobil na Guiana é outro passo na direção errada. Alertamos que não irão nos desviar de nossas futuras ações pela recuperação do Essequibo”, publicou Padrino López no X, antigo Twitter.

DISPUTA VEM DO SÉCULO XIX

Na quarta, Caracas acusou o presidente da Guiana, Irfaan Ali, de dar “sinal verde” a bases militares americanas no Essequibo. O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, conversou com Ali no mesmo dia “para reafirmar o apoio inabalável dos Estados Unidos à soberania da Guiana”.

Blinken fez um apelo para que se respeite a “sentença arbitral de 1899, que determina a fronteira terrestre entre a Venezuela e a Guiana”.

Caracas afirma que o Essequibo é parte do país desde a formação da Capitania-Geral da Venezuela como colônia espanhola, em 1777, e apela para sua interpretação do Acordo de Genebra, assinado em 1966 com o Reino Unido, antes da independência da Guiana. O documento reconheceu que havia uma demanda territorial venezuelana baseada na interpretação de Caracas de que o Laudo Arbitral de Paris de 1899, que deu o Essequibo à Guiana, era “vazio e nulo”. O Acordo de Genebra estabeleceu que a solução para a controvérsia deveria ser negociada pacificamente, mas não anulou o laudo arbitral, como alega o governo Maduro.

O chanceler britânico, David Cameron, alertou a Venezuela ontem para que não tome “medidas unilaterais”.

— Essas fronteiras foram estabelecidas em 1899. Não vejo absolutamente nenhum caso para uma ação unilateral por parte da Venezuela — disse em entrevista coletiva conjunta com Blinken. (Colaboração *Emanuelle Bordallo* e *com agências internacionais*).



Anexação. Policial passa em frente a um muro em Caracas com a frase “O Essequibo é nosso”, durante o referendo no último domingo para decidir o futuro do território, equivalente a dois terços da Guiana

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Mundo Pagina: 22